

## APRESENTAÇÃO: acerca dos Estudos Anarquistas Contemporâneos

### *PRESENTATION: about the Contemporary Anarchist Studies*

---

Nildo Avelino

*Universidade Federal da Paraíba*

Loreley Garcia

*Universidade Federal da Paraíba*

Parece ter-se evadido da memória dos homens o fato de que um dia, por volta do século VI a. C., um certo Maiândrios, tendo recebido do tirano Polícrates a autoridade (*arché*) sobre a Cidade de Samos, decidiu depô-la no centro (*meson*), erigir um altar ao deus da liberdade (*zeus eleutérios*) e proclamar a igualdade (*isonomia*) entre os homens (cf. Heródoto, 1988). Com esse gesto, não apenas rejeitava o despotismo (*tyrannia*), mas também prenunciava a vocação democrática, exortada por Péricles em seu “discurso fúnebre” (cf. Tucídides, 2001), que se tornaria o exemplo invejado, e jamais imitado, pelas democracias modernas. Com seu gesto inaugural, primeiro registro em nossa cultura de reivindicação igualitária e libertária, Maiândrios logrou dar ao poder um tratamento inédito: a *arché* não deve mais ser a propriedade exclusiva de nenhum grupo ou indivíduo, não deve ser assunto privado ou particular, mas diz respeito a todos que, a esse respeito, tornavam-se semelhantes (*hómoioi*).

Conhece-se o ódio que Platão nutriu por essa vocação democrática primeira. Dia veio em que, vingando a morte de seu mestre, o filósofo colocará um fim definitivo a esse culto à liberdade: desqualificando-a como *anarquia*, asseverou que “da mais extrema liberdade é que nasce a maior e a mais rude escravidão” (Platão, 2006, p. 336). Dirigindo-se na exata contramão do gesto de destituição da autoridade no centro, Platão considerou essa liberdade anárquica como a raiz da qual não apenas brota, mas viceja o tirano: alguém cujo excesso e falta de medida transforma no lobo do homem, isto é, um indivíduo perigoso. Esse “não se abstém do sangue dos que são de sua própria tribo,

mas ao contrário, [...] assassina-os [...] sentindo o gosto do sangue fraterno. [...] para tal homem [...] tornar-se um lobo não é algo inevitável e como que um destino selado?” (idem, p. 339)

Encontra-se pela primeira vez em Platão a assimilação, tornada clássica para o pensamento político ocidental, entre o indivíduo que, desobedecendo a lei, rompe a fronteira que separa humanidade e bestialidade. Esse tirano, que germina no solo da liberdade democrática, é o indivíduo que, incapaz de dominar seus apetites e paixões, é conduzido por seus excessos e desmedidas a abusar de seu poder e a fazer uso da violência contra seus iguais. Nasce a personagem do monstro político.

Como se sabe, não foi a Maiândrios, mas a Platão a quem a posteridade Ocidental rendeu todas as glórias e um lugar de honra. O platonismo conheceu uma força de atração extraordinária na nossa cultura e a virada que conduziu da anarquia à tirania atravessou toda a história antiga chegando aos nossos dias. No alvorecer Iluminista, Gabriel Mably retoma o sentido platônico para caracterizar a terrível situação de “anarquia feudal” de sua época: relações sociais fundadas em violência e no direito do mais forte que provocavam a generalização da tirania (Deleplace, 2000, p. 37). Em seguida, será a vez de Diderot retomar o mesmo sentido no breve verbete escrito para sua *Encyclopédie*: “é possível assegurar que todo governo em geral tende ao despotismo ou à anarquia” (Diderot, 1772). Todavia, a imagem do homem-lobo, do indivíduo de liberdade sem freios e, portanto, perigoso ao convívio social, ganharia contornos definitivos com a genialidade de Hobbes. Nada pode ser pior em desgraças, diz Hobbes (2003, p. 157), quando comparado “com as misérias e horríveis calamidades que acompanham a guerra civil, ou aquela condição dissoluta de homens sem senhor, sem sujeição às leis e a um poder coercitivo capaz de atar as suas mãos, impedindo a rapina e a vingança.”

Desde muito tempo, portanto, o adjetivo *perigoso* acompanha o gesto anárquico feito uma sombra que nunca o abandonara. O anarquista foi, desde cedo, percebido como monstro político, indivíduo escandaloso e perigoso aos olhos do poder porque incapaz de se integrar à sociedade; que odeia a moral, renega as leis, comporta-se de maneira extravagante e sustenta atitudes exageradas (cf. Avelino, 2010a). Sobre esse tipo humano, Lombroso (1998) dedicou muitos de seus estudos de antropologia criminal apresentados, sobretudo, em seu célebre livro destinado a demonstrar nessa figura a existência de uma espécie de fora da lei completo: o criminoso nato. Na mesma direção e objetivo, o brasileiro Rui Barbosa, em artigo intitulado “O perigo anarquista” (1900), discorrendo sobre “à epidemia do anarquismo”, identificou nele um “impulso funesto e monstruoso”, uma “patologia do espírito humano” (Barbosa, 1933). E foi exatamente nesses termos que a presença de imigrantes anarquistas recém-desembarcados em solo brasileiro era noticiada pelo

jornal do Partido Republicano Paulista, *Correio Paulistano*, em julho de 1893: “indivíduos perigosos, chefes e partidários de uma terrível seita destruidora” (apud Lopreato, 2000, p. 16).

Some-se a isso o fato de que, uma vez considerada uma prática política associada à violência, o anarquismo jamais foi reputado capaz de teoria; ao contrário, durante muito tempo as Ciências Sociais o relegaram ao posto de objeto empírico desprovido de funcionalidade teórica. Seus autores foram colocados aquém da ciência, do lado de lá da fronteira onde habita o lirismo utópico ou a simplicidade empírica. Pré-científico, pré-teórico, o anarquista é o pensador preso ao devaneio ou limitado à matéria do seu empirismo. Em todo caso, as formas teóricas do conhecimento lhe são inacessíveis. Daí o isolamento: há mais de um século o anarquismo vive aquela solidão destinada aos incapazes de expressar-se por meio dos conceitos consagrados.

Depois de tudo, seria difícil imaginar o extraordinário renascimento do interesse pelo anarquismo na contemporaneidade. Desde os anos 1980, o anarquismo tem ressurgido no cenário político e social assumindo cada vez mais formas múltiplas e amplamente diversificadas; autoreivindicando-se anarcoinsurrecionalista, anarcoprimitivista, anarcofeminista, anarcossituacionista, anarcoespecifista, anarcoplataformista, anarcoecologista, anarcoqueer etc. Os protestos contra a WTO, sobretudo aqueles de Seattle e de Gênova, mostraram a potência explosiva de que é capaz a articulação desses movimentos multifacetados.

Semelhante potência é também visível no que concerne ao desenvolvimento do campo teórico do anarquismo contemporâneo. Aqui se encontram igualmente os mais variados domínios contra os quais se dirige a crítica anarquista: desde a esquerda tradicional à organização formal, passando pelas políticas identitárias, o conceito de civilização, de hierarquia, de capitalismo, de autoridade, de desenvolvimento etc. Em razão dessa vasta “criticabilidade” das palavras e das coisas, foi possível recentemente associar o anarquismo a novos conteúdos de saber tais como aqueles encontrados no pós-estruturalismo, no pós-modernismo, nos estudos culturais e pós-coloniais, nos estudos de gênero e feministas, na teoria queer, nos estudos ambientais, ecologistas e de liberação animal etc.

Como salientaram Amster et al (2009, p. 5), um dos efeitos significativos dessa nova conjectura do anarquismo contemporâneo é que ele passou a ser considerado um campo de estudos respeitado no interior da academia. Com isso, dizem os autores,

[...] professores e estudantes anarquistas estão cada vez mais presentes na academia pesquisando o anarquismo e o movimento anarquista. Utilizam o anarquismo em seus cursos de filosofia (por exemplo, Steve Best, na

University of Texas, El Paso; Eric Buck, na Montana State University; Alejandro de Acosta, na Southwestern University; Todd May, na Clemson University), de educação (por exemplo, Joel Spring, no Queens College; Richard Kahn, na University of North Dakota; Abraham DeLeon, na University of Rochester), nos estudos de paz e conflitos (por exemplo, Mark Lance e Colman MacCarthy, na Georgetown University; Randall Amster, no Prescott College), de antropologia (por exemplo, David Graeber; Jeff Juris, na Arizona State University) de sociologia e justiça criminal (por exemplo, Jeff Ferrell, na Texas Christian University; Emily Gaarder, na University of Minnesota-Duluth; Luis Fernandez, no Northern Arizona University; Deric Shannon, na University of Connecticut; Anthony Nocella, no Le Moyne College), e de ciência política (por exemplo, Mark Ruppert, na Syracuse University; Joel Olson, na Northern Arizona University) (idem, p. 1).

Na mesma direção encontram-se experiências importantes como a constituição do Anarchist Studies Network (ASN), grupo de pesquisadores universitários ingleses, vinculado à Political Studies Association (PSA/UK), cujo interesse de pesquisa está voltado para os estudos anarquistas. A ASN é coordenada por Ruth Kinna, que também é editora da revista inglesa *Anarchist Studies*, por Alex Prichard, Jamie Heckert e Dave Berry. Igual iniciativa é vista nos EUA com a Anarchist Studies Initiative (ASI), um projeto de estudos vinculado ao Center for Gender and Intercultural Studies da Universidade de Nova Iorque. Além do ASI/SUNY, desde há alguns anos professores e pesquisadores interessados nos Estudos Anarquistas radicados no México, no Canadá e nos EUA se reuniram para formar a North American Anarchist Studies Network, a primeira rede norte-americana de Estudos Anarquistas.

Dito isso, caberia perguntar: como foi possível que, de prática associada à violência e objeto pré-teórico, o anarquismo passou a habitar um lugar de honra na universidade? Uma resposta fácil consistiria em dizer que se é possível ao anarquismo habitar hoje o interior da academia é por que ele foi domesticado: perdeu seu potencial de periculosidade; ou porque, inversamente, a universidade democratizou-se: perdeu em ortodoxia, deixando de exercer a patrulha do pensamento para tornar-se mais aberta e tolerante para com a diferença.

A hipótese dos organizadores, que não cabe aqui desenvolver, não se envereda por nenhuma das duas explicações. Diferentemente, parece-nos que uma explicação plausível diga respeito não apenas às transformações ocorridas nas práticas anarquistas e universitárias, mas nas novas modalidades de controle e tipos de normalização do comportamento e do pensamento: uma nova governamentalidade (cf. Avelino, 2010b). Anteriormente, a prática anarquista e a instituição universitária estavam concernidas com um tipo de controle e normalização das condutas que deixava pouca margem de variação entre o

permitido e o proibido, entre o comportamento aceitável e desviante. Em outras palavras, o grau de normatividade que vigorou até meados da Segunda Guerra Mundial pretendia tomar os comportamentos quase na sua globalidade. Como afirmou Adolphe Prins (1910, p. 19), a superfície de intervenção da norma não era jamais o “homem normal dotado de uma vontade inteligente e livre”, mas o homem anormal, o indivíduo “que nunca está conforme, desde o irregular, o excêntrico, o indisciplinado, o boêmio, o vagabundo em busca de aventuras, até o insuficiente mental e moral, até o maníaco, até o alienado ou o idiota profundo”, em suma, qualquer tipo de comportamento anárquico.

De outro modo opera a nova normatividade nas sociedades democráticas avançadas. Como sugeriram Dardot e Laval (2010, p. 404), as democracias liberais avançadas são tipos de regimes que permitem até certo limite uma normatividade heterogênea do sujeito, “no sentido em que asseguram ao mesmo tempo a separação e a articulação das diferentes esferas da vida. Essa heterogeneidade se traduziria pela independência relativa das instituições, das regras, das normas morais, religiosas, políticas, econômicas, estéticas, intelectuais”.

Se tal fato torna ou não a universidade mais democrática, é uma questão que deixamos ao leitor decidir. Para nós importa apenas assinalar as condições sob as quais a renovação do interesse pelo anarquismo vem ocorrendo no interior da universidade. E isso com o objetivo de tentar mostrar as sutilezas da nova ordem normativa: ela opera menos no plano da pura e simples interdição do pensamento do que organizando as *boas* maneiras do pensar. Não é mais a ortodoxia que a universidade defende, mas uma ortologia (cf. Avelino, 2010c). E o desafio dos Estudos Anarquistas Contemporâneos é o de estar alerta a essa nova ordem do discurso: colocar-se em prontidão ao ocupar um lugar que lhe foi preparado para cobri-lo de honras, mas que ao mesmo tempo o desarma.

\* \* \*

O dossiê de “Estudos Anarquistas Contemporâneos” organizado para esta edição da revista de Ciências Sociais - *Política e Trabalho* dá mostras do vigor e fecundidade do atual estado desse campo de pesquisas. Para tanto, foram convidados professores e estudiosos com reconhecida produção acadêmica sobre o tema no Brasil e no exterior. Porém, é forçoso dizer que se trata de um recorte mais do que modesto concernente à vasta produção acadêmica disponível hoje sobre o tema. Além disso, como o próprio leitor perceberá, é difícil discernir uma direção que, atravessando o conjunto dos artigos, os nortearia de maneira coerente. Em se tratando de anarquismo, a primeira dificuldade colocada ao estudioso e pesquisador é a de perceber que não se está diante de uma unidade coerente de estudos, mas de uma matéria fragmentária

de conhecimentos e, sobretudo, refratária a generalizações. Não significa que no seu interior não seja possível retrair certas constâncias. No entanto, em se tratando do anarquismo, fala-se sempre a partir de uma multiplicidade de objetos e saberes reunidos por uma homogeneidade precária. É o que explica as inúmeras terminações políticas contidas no anarquismo, cada uma delas possuindo em si diferenças e semelhanças, convergências e oposições, continuidades e rupturas.

Deixamos ao leitor a aventura de navegar nessa nau composta de tripulantes tão irregulares e multicoloridos; em companhias assim, arrisca-se permanecer à deriva mais do que encontrar um porto seguro.

## Referências

- AMSTER, Randall et al. **Contemporary Anarchist Studies**. An introductory anthology of anarchy in the academy. Londres: Routledge, 2009.
- AVELINO, Nildo. Le criminel fin-de-siècle: psiquiatrização da anarquia no século XIX. **Revista Aurora**, São Paulo, n. 7, março, 2010a, pp. 126-138.
- \_\_\_\_\_. Governamentalidade e Anarqueologia em Michel Foucault. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, out. 2010b. pp. 139-157.
- \_\_\_\_\_. Feudalismo Acadêmico. **Anais do I Congresso Internacional de Filosofia da Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa**. São Paulo, Sofelp/Uninove/Fapesp, 2010c. Cd-Rom.
- BARBOSA, Rui. **O divórcio e o anarquismo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde**. Essai sur la société néolibérale. Paris : La Découverte, 2010.
- DELEPLACE, Marc. **L'anarchie de Mably à Proudhon (1750-1850)**. Histoire d'une appropriation polémique. Lyon : ENS éditions, 2000.
- DIDEROT. Anarchie. In : DIDEROT ; D'ALEMBERT. **Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers**, 1772. Disponível em : <<http://portail.atilf.fr/encyclopedie/>> Acessado em: abr/2012.
- HERÓDOTO. **História**. 2. ed., trad. Mário da G. Kury. Brasília: UNB, 1988.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã** ou matéria, forma e poder de uma República Eclesiástica e Civil. Trad. João P. Monteiro e Maria B. N. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LOMBROSO, Cesare. **Gli anarchici** – psicopatologia criminale d'un ideale politico. Milão: Claudio Gallone Editore, 1998.
- LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2000.
- PLATÃO. **A República** [ou *Sobre a justiça, diálogo político*]. Trad. Anna L. A. de A. Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- PRINS, Adolphe. **La défense sociale et les transformations du droit pénal**. Bruxelas: Misch et Thron, 1910.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 4. ed., trad. Mário da G. Kury. Brasília/São Paulo: UNB/IOESP, 2001.